

1. NOV 1987

JORNAL DE BRASÍLIA

AN/1 P2

Recomeçar tudo

A introdução do parlamentarismo no Brasil enfrentará muitos problemas, especialmente aqueles aos quais se referiu esta semana o presidente da República, mas seguramente não será uma tragédia. A tragédia do nosso tempo é a falência da classe política, do que decorreram a desestabilização do presidencialismo e a subsequente necessidade da alternativa. Não sendo ruins em si mesmos, como o demonstra a experiência internacional contemporânea, ambos os sistemas podem se tornar inoperantes quando decaí a qualidade moral da vida política.

Não temos dúvida, porque no plano do senso comum esta convicção é consensual, de que a tragédia brasileira é a crise da sua elite, decaída da alta dignidade da política e despojada de todo espírito público. A cultura oligárquica instalou-se firmemente no espírito da liderança, corrompendo-a talvez irremediablemente. Só uma revolução cultural poderá erradicar os fundamentos da nossa crise, que não é uma crise de sistema de Governo, nem uma crise intrinsecamente econômica, ou uma crise constitucional.

O parlamentarismo poderá vir a ser, e esperamos que o seja, a senha histórica para a mudança. Não porque guarde potencialidades que o presidencialismo não tenha, mas porque, agravando a crise, desnudará seu verdadeiro caráter. A fraqueza do presidencialismo sob o Governo Sarney não é senão efeito do súbito crescimento da política num cenário há longos anos desocupado dela. Esta fraqueza será muito maior no parlamentarismo, até que, de crise em crise, se processe a depuração dos seus vetores. O presidencialismo não mais é capaz de promover essa ruptura porque deixou perder-se a sua autoridade e substância, esvaziando-se toda a sua capacidade de agir. Era preciso mudar para

que a verdadeira mudança comece. O parlamentarismo, neste contexto, é uma possibilidade histórica que precisa ser tentada.

Mas é necessário muito mais. É necessário que se recomece tudo, uma vez que a transição não foi capaz de realizar-se. Todos os pressupostos da crise que a antecederam subjugaram plenos de riscos e podem recrudescer até com o apoio da opinião pública, como ocorreu em 1964, numa explosão de equívocos. Quando o povo quer mudar ele muda. Não necessariamente para melhor porque esta escolha, como nos ensinam os grandes movimentos da história humana, é o papel das lideranças. Quando não há lideranças capazes de perceber o timing histórico, a mudança pode operar-se em direção ao desastre.

No Brasil estamos vivendo situação extremamente crítica como resultado da frustração do movimento social desencadeado em oposição ao autoritarismo. Rompeu-se a ditadura, mas se viu depois que permaneceram intactos, e até se agravaram, todos os problemas gerados por ela. A psicologia coletiva poderá intuir — e este é o risco — que o dilema não é entre liberdade e autoritarismo, dado que sob um e outro regimes a degenerescência moral e a fome grassaram. A partir dessa intuição estaremos vulneráveis a um novo hiato na história da liberdade.

É preciso recomeçar tudo. A Constituinte também não foi capaz de corresponder à sua responsabilidade histórica, nem poderia fazê-lo dado que corporifica a elite política fracassada. Uma Constituição, ademais, não tem o poder de construir uma Nação. Esta é que a constrói, fazendo-se nela refletir. O que na nova Constituição se vai agora refletir será uma Nação em crise, incapaz de encontrar-se porque nenhuma for-

ma de convivência social se pode erigir na ausência da ética, o princípio que rege o Estado e a vida social. O fracasso da Constituinte se exprimiu justamente naquilo que corresponde ao lado mais visível da crise da nossa elite, a sua incapacidade de dedicar-se ao coletivo. A Constituinte debateu tudo quanto concerne às questões de poder, ou seja, aquilo que diz respeito às suas interações endógenas. Não debateu os verdadeiros problemas do País em relação aos quais a Constituição será um mosaico de imperfeições e impossibilidades. A Constituição que teremos nada terá a ver com o País que temos.

É preciso recomeçar. O presidente da República, posto pela história na desconfortável posição de símbolo de um momento de crise, poderia tomar a iniciativa de dar o primeiro empurrão na insustentável leveza desse castelo de cartas convocando eleições gerais para o primeiro momento subsequente à promulgação do novo texto constitucional. Eleições para todos os postos para que tudo recomece, dando-se ao povo o direito de tentar outra vez. O ideal seria que estas eleições se realizassem à margem dos partidos formais para que o processo de mudança fosse radical e profundo, mas não é operacional fazê-lo. Poder-se-ia, pelo menos, dispensar a filiação partidária na eleição presidencial a fim de propiciar o surgimento de um novo líder dissociado das máquinas oligárquicas dominantes, descomprometido e livre para liderar a revolução cultural que, de outra forma, não tardará a desencadear-se sem líder.

Em nome do senso comum, convocamos a classe política a um momento de renúncia e despojamento. Assim se permitirá ao País tentar de novo. Se não for assim, esta crise vai recrudescer.